

Cartografias nietzschianas em Butler

Bella de Oliveira Vieira da Silva (IC-UNIRIO)¹; Vânia Dutra de Azeredo (Orientadora)².

1 – Discente do curso de Licenciatura em Filosofia/Faculdade de Filosofia/CCH; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de Filosofia/Faculdade de Filosofia/CCH; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO.

Palavras-chave: **Nietzsche; genealogia; metafísica da substância; Butler; sexo; gênero.**

Introdução: Em nossa ótica, há um núcleo central que possibilita defender uma convergência entre os discursos filosóficos de Nietzsche e de Butler em que pese a distância temporal e a diferença temática constante no conjunto da obra dos dois autores. De modo que propomos a noção de metafísica da substância enquanto elo criador como conceito-chave que estabelece uma ligação entre a dissolução da moral nietzschiana e a gênese da diferença sexual butleriana. Consideramos haver na abordagem de Butler muita proximidade com as tentativas de Friedrich de dissolver as compreensões acerca dos valores conforme uma constituição intrínseca à moral, isto é, aquelas que tomam a moral e os valores como absolutos. Afinal, boa parte da produção intelectual de Judith se debruçou sobre a desconstrução das interpretações sobre o corpo alimentadas por um viés tradicional do saber médico, isto é, essencialistas e binárias – e do reconhecimento de que tais avaliações estavam fora do plano da imanência, em especial a diferença sexual enquanto dado natural. **Objetivos:** Este texto tem como objetivo analisar as filosofias de Nietzsche e de Butler a partir da proposição de uma aproximação conceitual entre o projeto nietzschiano de dissolução da moral e o propósito presente na gênese da diferença sexual apresentada por Judith em sua obra, especialmente na seção “Mulheres’ como sujeito do feminismo” presente no primeiro capítulo de seu livro *Problemas de Gênero*. **Metodologia:** Em um primeiro momento, nessa fase parcial da pesquisa, analisaremos a relação conceitual entre a crítica butleriana à noção de sujeito do feminismo e o que Nietzsche chama de “erro monstruoso da linguagem” em *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. E para que fosse possível caminhar nesse sentido, foi realizada a leitura do livro de Nietzsche: Para a genealogia da moral. Em adição, a obra *Problemas de gênero* de Butler. Tendo como metodologia a análise textual, temática, interpretativa e, por fim, a síntese dos textos que constam na bibliografia. O trabalho foi desenvolvido através de atividades individuais e encontros semanais online do bolsista e da professora-orientadora. **Resultados: Sujeito do feminismo:** No que concerne ao sujeito do feminismo, convém principiar pelas considerações feitas no primeiro capítulo da obra *Problemas de gênero* em que Butler introduz uma crítica à noção de identidade da mulher enquanto sujeito do feminismo. Ao fazê-lo, a autora engendra um deslocamento do movimento feminista pela via da linguagem por meio do reconhecimento de que através do código linguístico se incorre em uma concepção que atua como ficção reguladora responsável por trazer uma univocidade ao múltiplo, conferindo à diversidade dos existentes a unidade do ‘feminino’ presente somente na linguagem. Em vista disso, Judith estabelece que essa ficção nada designa de maneira eficiente quando aponta para a efetividade. Afinal, processa-se, por meio da enunciação da noção de feminino a cristalização da mulher em “mulheridade”, isto é, em uma ideia representativa de uma mulher uníssona, idêntica a si mesma e expressão de uma essência universal, eterna e imutável. Butler desnaturaliza de maneira historicizada suas designações e aponta suas incongruências na dificuldade em apanhar o que se propõe a retratar, isto é, prova-se a insuficiência da mulheridade em seu caráter representativo no feminismo por meio da própria linguagem. Dessa forma, constata-se, como afirma a autora, a impossibilidade de “...uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas” (BUTLER, 2003, p. 21), pois ela se constitui pelo seu caráter excludente, falho em abarcar a materialidade dos corpos “femininos” que deveriam centralizar o

feminismo. Seguindo este fio condutor, Butler empreende o reconhecimento de que a representação produzida pela constituição de um sujeito no feminismo não só se expressa enquanto esforço em retratar uma classe de pessoas - o que por si só, designadamente, exclui sujeitos -, mas também promove uma demarcação simbólica do que é a mulher, de quem será representado e de quem não o será. Daí Butler afirmar que: "Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada" (BUTLER, 2003, p. 17). Afinal, como não há reconhecimento de um caráter pré-discursivo em sua teoria, não há uma essência que se refira a todos designados como "mulher". Butler constata que nessa tentativa de representação, nesse engendramento de uma identidade unívoca e idêntica a si mesma há um aspecto não só excludente como coercitivo, pois ao cristalizar o sujeito de um movimento político se produz, como afirma a autora, exclusão e coerção em três passos: no engendramento de uma identidade essencial da mulher; na naturalização constituída pelos aparatos jurídicos; e, por fim, em decorrência, na imobilização do sujeito. No início do primeiro capítulo de *Problemas de gênero*, lemos: "...inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios. Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo — por parte de "mulheres" que o feminismo afirma representar — sugerem os limites necessários da política da identidade." (BUTLER, 2003, p. 23). No decorrer da produção de uma identidade essencialista da mulheridade, constitui-se um aprisionamento semântico com consequências políticas ao opacar-se, por meio de uma delimitação linguística, a diversidade que se encontra na efetividade do movimento feminista. Desse mesmo modo, a biologia se ocupou de consolidar a noção de mamífero enquanto animais que dão a luz à seus filhotes até que se deparou com os ornitorrincos; animais com glândulas mamárias e presença de pelos no corpo, mas que põem ovos. E quando se trata de criar identidades, esse caminho de cristalização dentro da representação política tem consequências bem mais desastrosas que abalar uma definição taxonômica. Esse movimento de delimitação simbólica da mulheridade não só exclui sujeitos do feminismo que não se encontram dentro de uma definição formal - como mulheres negras, trans e indígenas -, mas também engendra uma prisão simbólica a quem se encontra dentro desses limites ao frear a possibilidade de mudança desses sujeitos através do apelo a uma fidelidade a essa figura. Se há uma definição de mulher enquanto ser humano com útero, como ficam pessoas que tiveram que passar por uma histerectomia? Mulheres sem útero não podem ser sujeitos de um movimento que sempre às identificou? Essas mulheres deveriam se sentir menos mulheres? Questionar a urgência da cirurgia em prol de um destino biológico? Dessa maneira, se constrói a exclusão e a coerção decorrentes da cristalização de um sujeito do feminismo. O segundo passo se encontra na consolidação dessas definições através do aparato jurídico. Nessa etapa, não se exclui e congela sujeitos apenas dentro de movimentos sociais ou por meio de eleições políticas, mas também dentro dos meios de acesso a direitos básicos, como a saúde e a educação. O direito aqui atua como um enrijecimento e um meio de expansão da cristalização produzida pelo movimento social. Ele funciona como uma justificativa legal para que a diferença sexual esteja presente nas principais instituições da vida moderna, como a escola e a prisão. Desse modo, uma definição legal de mulher pode tanto abrir precedente para que o sistema jurídico coloque uma mulher trans numa penitenciária masculina quanto produzir a discriminação de uma mulher cis com testosterona alta ao acessar um profissional da endocrinologia. O terceiro passo é a consequência das exclusões e coerções anteriormente mencionadas; ao cristalizar e justificar legalmente uma definição de mulher, o feminismo e o estado podem tornar difícil a identificação com a libertação feminina. Tal fenômeno é descrito pela autora no primeiro capítulo do livro *Problemas de gênero*: "Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo — por parte de "mulheres" que o feminismo afirma representar — sugerem

os limites necessários da política da identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais.” (BUTLER, 2003, p. 19) Constitui-se não só uma falta de mobilidade enquanto possibilidade dos sujeitos do feminismo mudarem ao longo do tempo, mas também no sentido de engendrar uma recusa a construir o movimento por quem não se identifica com as cristalizações e justificativas legais de uma noção de “mulher”. Vê-se nesse esforço de Butler em dissolver de maneira genealógica o sujeito do feminismo em sua univocidade, assim como na necessidade de enunciação basilar dele numa abordagem similar ao movimento realizado por Nietzsche para mobilizar uma crítica ao que ele chamou de erro monstruoso da linguagem em *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. Aqui a metáfora se faz presente enquanto a atribuição ou encaixotamento semântico de seres com características compartilhadas, uma comparação que produz identidade. Segue o que o autor diz a respeito no segundo capítulo da obra: “Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial.” (NIETZSCHE, 2007, p. 35) Aqui, a linguagem engendra essa espécie de metáfora que iguala o não igual como forma de respaldar a sua prerrogativa designativa sobre o efetivo. Dessa maneira, é possível esquecer-se que o conceito de folha tanto se respalda numa tentativa de justificar a união unívoca da palavra e o que ela designa quanto do que não é igual e apenas semelhante. Em virtude disso, cria-se a possibilidade de se delimitar o que é próximo enquanto se exclui o que não o é. As folhas têm similaridades entre si que um orangotango não compartilha, porém o mesmo ocorre no caminho contrário. Símios têm DNA e são constituídos por células, assim como as folhas, por exemplo. À vista disso, a integridade que faz a “folha” não ser igual a “orangotango” se vale da utilização de critérios para que essa distinção se justifique e constitua sua coerência. Isto posto, para Nietzsche a linguagem era somente uma convenção intelectual, uma metáfora que produz verdades e certezas como quem constrói ferramentas para tatear e seguir com certa tranquilidade na escuridão. Na sequência, ele afirma: “Que é então a verdade? Um exército móvel de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram poética e retoricamente intensificadas, transpostas e adornadas e que depois de um longo uso parecem a um povo fixas, canônicas e vinculativas: as verdades são ilusões que foram esquecidas enquanto tais, metáforas que foram gastas e que ficaram esvaziadas do seu sentido, moedas que perderam o seu cunho e que agora são consideradas, não já como moedas, mas como metal.” (NIETZSCHE, 2007, p. 37) Desse modo, não há nem “folha” nem “mulher” sem a constituição de um “não folha” e uma “não-mulher”, enquanto próprio sujeito que demanda representação. A “folha” em Nietzsche assim como a “mulher” em Butler são partículas da linguagem que por meio da sua utilização cobrem com um véu o igualamento do não igual, símbolos da arbitrariedade presente no fazer humano e no movimento feminista. De modo semelhante ao que Butler descreve no feminismo como constituição da “mulher” enquanto próprio sujeito ao qual se demanda representação, para Nietzsche, na linguagem o conceito de “folha” não somente se coloca no mundo como uma via para representar parte dele mas, outrossim, para criar uma espécie de *causa sui*. A expressão grega aqui cabe como uma luva, já que se refere a algo gerado por si mesmo; consequência e causa como um só, autogeração. Esse movimento se descreve da seguinte forma na ótica do autor: “Denominamos um homem ‘honesto’; por que ele agiu hoje tão honestamente? – perguntamos. Nossa resposta costuma ser: por causa de sua honestidade. A honestidade! Isto quer dizer, mais uma vez: a folha é a causa das folhas. O certo é que não sabemos nada

de uma qualidade essencial, que se chamasse 'a honestidade', mas sabemos, isso sim, de numerosas ações individualizadas, portanto desiguais, que igualamos pelo abandono do desigual e designamos, agora, como ações honestas; por fim, formulamos a partir delas uma qualitas occulta com o nome: 'a honestidade'." (NIETZSCHE, 2007, p. 36)

Assim como Nietzsche retira desse lugar do uno o conceito de folha, Butler desessencia a noção de mulher ao reconhecer a heterogeneidade da mulheridade formatada a um conceito homogêneo, isto é, a folha é a causa das folhas e a mulheridade, a causa das mulheres. De forma aproximada, ambos realizam uma enunciação do contínuo esquecimento em detrimento da multiplicidade em favor desse apelo à unidade. A representação torna-se um esforço constante de reificação de uma imagem, que por mais restritamente eficiente que seja, produz uma exclusão da outridade e no que lhe concerne, sustenta uma justificativa de seu abandono enquanto enunciação basilar de um sujeito ideal. Cristaliza-se a "folha" e a "mulher" em prol de uma espécie de utilitarismo que surge por meio de uma urgência empurrada pela necessidade da sua função. **Conclusões:** Nietzsche e Butler nos indicam uma arbitrariedade que aponta tanto para uma emergência em prol da constituição de uma "verdade" na linguagem quanto na constituição de uma "verdade do sexo" mais universalmente. Em ambos os casos, encontramos a igualdade do não igual, a folha é igual a si mesma e a mulheridade é igual a mulher. No caso da identidade sexual, Butler mira nas categorias de sexo e de gênero e na necessidade de se promover uma integridade oposicional nelas para que os corpos sejam criados, delimitados e controlados seguramente por meio da regulação das instituições estatais, do poder médico e da sociedade no geral. Nietzsche aponta para uma necessidade de se mentir repetidamente - ao igualar o não-igual, por exemplo -, a fim de se criar, assim, uma verdade e uma mentira, uma certeza e uma incerteza, para construir uma fortaleza racional que guia o homem através de metáforas. Encontra-se a verdade ao criar o conceito de "mamífero" para depois analisar o que se encaixa nessa delimitação, achá-lo na efetividade. Desse modo, o prussiano e a estadunidense se encontram ao estabelecer um movimento que leva o ideal, o desconstruindo, ao efetivo. Nietzsche se ocupa de apontar a arbitrariedade da linguagem ao empalidecer a efetividade por meio das igualações dos não iguais e consequente consolidação dessas denotações por meio do esquecimento do caminho pelo qual percorreram para este fim. Butler aponta a arbitrariedade da diferença sexual ao mostrar seu caráter dualista enquanto produção de uma natureza que não se distingue em nada da cultura. Ambos encontram mentiras contadas repetidamente, cimentadas enquanto verdades, e por meio da sinalização de como essa repetição se deu, de suas construções, apontam para o seu caráter inventado.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira; 22ª edição (15 abril 2003)

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César Souza, São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Para além de bem e mal*. Tradução de Paulo César Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. Editora Hedra, 2007.